

HERANÇA E RELAÇÕES ENTRE AS GERAÇÕES FAMILIAIS¹

Gérard MAUGER*

RESUMO: O estudo das relações entre pais e filhos sob o ângulo da economia das trocas entre gerações possibilita mostrar um aspecto negado destas relações e perceber, pelo menos em parte, as formas que elas são suscetíveis de se configurarem de um polo a outro do espaço social e de uma época à outra. Abordaremos sucessivamente as relações entre gerações de famílias onde a transmissão dos patrimônios é predominantemente econômica, seguida dos casos onde os patrimônios são predominantemente culturais, e, finalmente, do caso limite (mas banal) onde há ausência ou quase ausência de qualquer patrimônio econômico e cultural a ser transmitido. Desta forma podemos entender que as relações entre **gerações familiares** não são nem eternamente, nem universalmente conflituosas por natureza, mas socialmente determinadas, variáveis de um pólo a outro do espaço social e de uma época à outra.

PALAVRAS-CHAVES: Herança econômica. Herança cultural. Capital econômico. Capital cultural. Capital simbólico. Modo de reprodução. Estratégias das famílias.

Reconhecendo que “[...] os construtores de mitos gregos e os psicanalistas modernos atingiam [...] uma verdade eterna quando expunham os conflitos inerentes às relações entre pais e filho [...]”, Carl E. Schorske (1979) considerava que “[...] as verdades eternas revestem-se de diferentes expressões ao longo da História [...]” “em *Thèbes* de Sófocles, um conflito edipiano terminava com uma crise política; na *Danemark* de Hamlet, o Édipo correspondia a um período de decomposição política; no meio intelectual vienense da época de Freud, reforçado, primeiramente, pela crise política, ele tomava amplitude de um fenômeno cultural.” Podemos transpor seu

* Diretor Emérito e pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique. CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique - École des Hautes Études Sciences Sociales. Paris – França. 75794 - gerard.mauger@cse.cnrs.fr

¹ Tradução do artigo Héritages et rapports entre ‘générations familiales’. Tradutora: Paula Ramalho. Revisão Técnica Tradução: Lucila Scavone. A Revista Estudos de Sociologia agradece ao autor a cessão dos direitos autorais para a publicação deste artigo. A pedido do autor a normalização do artigo foi mantida o mais próximo possível do texto original.

propósito às relações entre gerações familiares: a suposta universalidade do complexo de Édipo não exclui formas sociais e historicamente diferenciadas das relações entre pais e filhos. Mas, talvez porque as divisões da Ciência Social em Psicologia e Sociologia fizeram destas relações um domínio da Psicanálise, há algo chocante em abordar as relações entre pais e filhos sob o ângulo da Economia (em sentido amplo) das trocas entre as gerações. Ora, se este ponto de vista sociológico não é exclusivo, ele permite mostrar um aspecto negado destas relações e perceber, pelo menos em partes, as formas que elas são suscetíveis de tomar, de um polo a outro do espaço social (em função do volume e da natureza do patrimônio a ser transmitido: predominantemente econômico/ predominantemente cultural) e de uma época a outra (**do modo de reprodução familiar ao modo de reprodução escolar**). Contudo, **o interesse** não pode mais ignorar **a moral** do grupo e os sentimentos e a moral e **os sentimentos** não podem ser completamente estranhos aos **interesses**.

O estudo da transmissão do capital econômico, do capital cultural, do capital social e do capital simbólico (ligado ao sobrenome), ou seja, da posição social, passa pelo estudo das **estratégias familiares de reprodução**. Ele possibilita compreender que as relações entre as gerações de famílias não são conflituosas por natureza, nem eterna, nem universalmente, mas, socialmente determinadas, variáveis de um polo a outro do espaço social e de uma época a outra.

As estratégias familiares de reprodução

A cada estrutura determinada do patrimônio familiar corresponde um conjunto de estratégias de reprodução adaptado às particularidades do patrimônio que será transmitido. Cronologicamente articuladas, colocadas em prática em diferentes etapas do ciclo da vida, essas estratégias de reprodução, cuja coerência objetiva encontra seu princípio no *habitus* familiar, definem um modo de reprodução. Bourdieu (1989) lista as **estratégias de fecundidade** (que visam em geral reduzir o número de pretendentes ao patrimônio); as **estratégias sucessórias** (que procuram limitar a perda na transmissão do patrimônio); as **estratégias educativas**, nas quais, **as estratégias escolares** são um aspecto específico (elas procuram produzir os agentes capazes de serem herdeiros pelo grupo); as **estratégias profiláticas** (destinadas a manter o patrimônio biológico do grupo); as **estratégias propriamente econômicas** (operações de crédito, de poupança e de investimento a curto ou longo prazo); as **estratégias de investimento social** (instauração e manutenção das relações sociais mobilizáveis e utilizáveis); as **estratégias matrimoniais** (destinadas a assegurar a reprodução biológica sem ameaçar a reprodução social); as **estratégias de sociodicéia** que procuram legitimar a dominação e seu fundamento.

O **sistema das estratégias** de reprodução colocado efetivamente em prática depende da estrutura do patrimônio familiar a ser transmitido, da definição dominante do que é legitimamente transmissível, das maneiras legítimas de transmitir (como a legitimação escolar da transmissão da herança econômica), etc. O “modo de reprodução familiar” prevalece “[...] todas as vezes que a família possui o pleno controle de um patrimônio constituído por uma empresa agrícola, industrial ou comercial: as estratégias pelas quais ela procura assegurar sua própria reprodução [...] tendem, então, a se subordinar às estratégias propriamente econômicas procurando assegurar a reprodução do capital econômico.” No modo de reprodução escolar, característica das grandes empresas burocráticas, “[...] o diploma deixa de ser um atributo estatutário [...] para tornar-se um verdadeiro direito de acesso.” Porém, diferentemente da transmissão direta do capital econômico entre o detentor e o herdeiro designado (filhinho do papai), a conversão em diplomas do capital cultural herdado encobre, inevitavelmente, alguns fracassos. Os dois modos de reprodução coexistem (mesmo se o recurso a uma forma de consagração escolar, às vezes rudimentar, para ocupar uma posição de poder tende a se impor cada vez mais) e a definição do modo de reprodução legítima continua sendo um desafio da luta (BOURDIEU, 1989).

A defesa do modo de reprodução familiar

Segundo as definições, no início dos anos 2000, as empresas familiares (aquelas onde uma família-proprietária possui uma parte suficiente do capital para poder exercer um controle sobre a estratégia e está implicada nas posições de direção) representavam a nível mundial entre 75 e 95% das empresas registradas e contribuía em média em 65% do PIB (BESSIÈRE, 2010).

Implantada em Boston desde 1986, a associação *Family Firm Institute, Inc.* publica a *Family Business Review*. Em Lausanne, desde 1990, a rede *Family Business Network* reúne 3 200 chefes de empresas familiares no mundo, defende seus direitos, forma empreendedores e financia pesquisas sobre esse assunto.

Segundo um estudo realizado por *Business Dynamics* em 2010, aproximadamente **450 000 empresas familiares são transmitidas cada ano na União Européia**. Segundo Jesus Casado, secretário geral do *European Family Business*, o capitalismo familiar representa entre 60% e 95% da economia de diferentes países do planeta (Estados Unidos, Índia, Hong Kong, etc.)

European Family Business, associação com base em Bruxelas reúne 10 000 membros que representam 10% do PNB Europeu. Ela milita em diferentes instâncias da União Européia para que elas reconheçam a empresa familiar **como o núcleo da economia real na Europa**.

Qualquer que seja o modo de reprodução, a instituição familiar ocupa um lugar central na reprodução biológica e social, portanto na transmissão de diferentes

espécies de capitais, na interiorização das disposições características de um *habitus de classe*, na legitimação desta forma particular de cessão e de sucessão e, assim, na perpetuação das hierarquias e da ordem social (LENOIR, 2003). Consideradas sob o ângulo da perpetuação da linhagem e de sua herança, as relações entre gerações familiares variam em função da composição do patrimônio familiar a ser transmitido. Se as tensões parecem inerentes às situações onde o patrimônio familiar é predominantemente econômico, as relações entre **pais-detentores e filhos-pretendentes** são variáveis: do conflito aberto às diferentes formas de negociação, de transações, de compromissos. Elas dependem não somente das partes presentes e, em particular, da aptidão dos herdeiros a herdar a herança (BOURDIEU, 1975), mas também do valor do patrimônio a ser transmitido, da legislação sobre as sucessões, das possibilidades de reconversão dos filhos, do funcionamento do mercado matrimonial, etc. As relações entre gerações familiares são necessariamente diferentes em situações onde a herança é principalmente cultural, como naquelas onde o patrimônio econômico e cultural familiar é baixo ou nulo (na sociedade francesa de hoje, aproximadamente um terço dos lares não dispõem, por assim dizer, de um patrimônio econômico e mais de 60% da população com idade para procriar e transmitir entre 25 e 49 anos- é detentora de um diploma inferior ou igual ao ensino médio).

Trataremos sucessivamente das relações entre gerações familiares em casos onde a transmissão de patrimônios é predominantemente econômica, seguida dos casos onde os patrimônios são predominantemente culturais, e por fim o caso limite (mas banal) onde há ausência, ou quase ausência, de qualquer patrimônio econômico e cultural a ser transmitido.

A transmissão do capital econômico

Conforme destaca Gotman (1988), a herança e as transmissões patrimoniais ocupam um lugar paradoxal nas Ciências Sociais. Objeto central da Etnologia ou da História das sociedades rurais que se preocupam com a herança e com o dote nas estruturas de parentesco, ele é ignorado pelas Ciências Sociais quando se trata de sociedades industriais. “As transmissões patrimoniais são estudadas marginalmente nos setores onde o capital profissional se transmite familiarmente: como os artesãos e os pequenos comerciantes [...]”, constata Anne Gotman (1988). Como perceber essa falta de interesse por parte dos sociólogos? A ausência da herança na literatura sociológica se deve, com certas exceções que confirmam a regra de pesquisas sobre o campesinato, o artesanato e os pequenos comércios, entre outras razões, ao avanço do assalariado, à diminuição de empresas privadas e mais globalmente, à evolução

da estrutura da propriedade. “As Ciências Sociais, escreve Céline Bessière (2010), desviaram o estudo sobre operações familiares e principalmente sobre transmissão, devido à baixa do efetivo das populações agrícolas” (um terço da população ativa após a Segunda Guerra Mundial, 4% em 2005). De fato, segundo Anne Gotman (1988) “[...] existem hoje duas fontes de acesso ao poder, dois tipos de riqueza e de capitais de prestígio, um financeiro o outro intelectual [...]” e o peso da herança **material** diminuiu em relação à herança **imaterial** (intelectual, cultural e social). Quer dizer, que com o crescimento do modo de reprodução escolar, o interesse dos sociólogos se deslocou para a transmissão da herança cultural, até se focalizar exclusivamente nela.

A transmissão do capital econômico teria desaparecido ou ficado sem assunto? Podemos considerar que com o **fim dos camponeses** (e, mais globalmente, dos pequenos produtores), “[...] uma das bases sociais do familiarismo que tende a desaparecer, aquele que se baseava na transmissão dos meios de produção de uma geração a outra em uma unidade doméstica.” (LENOIR, 2003). Segundo Céline Bessière (2010) “[...] a tese do desaparecimento (das empresas familiares) em prol das empresas administrativas mais adaptadas às transformações do capitalismo com origem na segunda revolução industrial durou muito tempo.” De fato, se o lugar das fazendas (camponeses), dos ateliês (artesãos) e das lojas (comerciantes) nos patrimônios transmitidos não é mais o que era (sem, portanto, ter desaparecido), nada indica que o capital econômico (da terra, industrial, financeiro) tenha perdido seu valor no **campo do poder** (isto é, da arena na qual os detentores de diferentes espécies de capital concorrem com a finalidade de determinar as **taxas de câmbio**), nem que ele tenha parado de se transmitir no contexto familiar, nem que a transmissão de uma geração à outra não releve o mesmo tipo de problema que o dos camponeses, artesãos, comerciantes. O estudo da transmissão do capital econômico supõe àquela da composição dos patrimônios, das leis sucessórias, de sua distribuição desigual no espaço social e de suas transformações ao longo do tempo.

A diminuição da pequena propriedade mercantil, a extensão do grupo assalariado e do acionariado, por um lado, e o progresso do acesso à casa própria, por outro lado, transformaram a composição das heranças materiais. De maneira geral, essa transformação resulta do aparecimento e da extensão da relação salarial: a divisão do trabalho em uma economia mercantil impede qualquer possibilidade de reprodução material autônoma; e a apropriação privativa dos meios de produção impõe a venda de uma força de trabalho que se tornou mercadoria. O Segundo Império criou contextos jurídicos indispensáveis ao desenvolvimento do capitalismo: oficialmente regulamentadas pela primeira vez no Código do Comércio de 1807, as sociedades anônimas que representavam até então uma

pequena parte do número de sociedades criadas na França ganham força com a lei de 24 de julho de 1867.

Entre 1955 e 1965 os salários ultrapassam em valor as rendas brutas dos empresários individuais. No final dos anos 1980, “[...] dois terços das companhias e quatro quintos dos capitais de empresa são propriedade de acionistas e não mais de dirigentes de empresas.” (GOTMAN, 1988). Quanto à casa própria, a política estabelecida pela lei de 1977 veio coroar um conjunto de disposições visando “[...] orientação para a propriedade (ou seja, no espírito de alguns de seus inspiradores [...] para uma fixação durável, uma forma de conservantismo) as **escolhas** dessas categorias sociais que eram menos aptas a satisfazer suas necessidades de habitação e fazer do acesso à casa própria uma ótima forma de investimento [...]” (BOURDIEU, 2000), de maneira que em 2010, 58% das famílias eram proprietárias de suas habitações, ou em vias de se tornarem proprietárias.

Quanto às leis sucessórias, as classes dominantes, no final da Revolução Francesa, dividiam um conceito autoritário e patriarcal da família, mas o restabelecimento do direito de primogenitura e a liberdade testamental opõem os representantes da aristocracia ultra ou legitimista àquela da burguesia liberal (LENOIR, 2003). Além disso, a herança teve seus abolicionistas (os saint-simoniens, os comunistas utópicos, os marxistas) que consideravam que seu desaparecimento estava ligado ao desaparecimento do direito de propriedade e de seus ardentes defensores (incluindo Fourier e Proudhon), até ser naturalizado (com o preço da negação de sua importância) com o desaparecimento dos abolicionistas e a extinção dos debates. A partir de 1895, o debate sobre os impostos sucessórios suplanta progressivamente a questão da herança (GOTMAN, 1988).

No que diz respeito, enfim, à distribuição do capital econômico no espaço social, Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot (1996; 2003) lembram que a burguesia, única classe a existir hoje objetiva e subjetivamente, define-se, primeiramente, pela riqueza material. As pesquisas sobre Patrimônio realizadas pelo INSEE (medindo o patrimônio imobiliário, profissional e financeiro das famílias e subestimando claramente os patrimônios mais elevados) mostram que os 10% mais afortunados detém quase metade da riqueza nacional (38% do patrimônio imobiliário, 56% do patrimônio financeiro e 84% do patrimônio profissional) e metade dos menos afortunados, cerca de 7%. Além disso, longe de diminuir, as desigualdades de patrimônio não pararam de crescer: entre 2004 e 2010, 10% das famílias mais afortunadas viram seus patrimônios aumentarem em 47% (de 840.000 a 1,2 milhões de euros), enquanto os 10% mais pobres aumentaram em 9% (de 1.237 a 1.251 euros). Em 2004, a fortuna média dos 10% mais ricos era de 680 vezes mais alta que dos 10% mais pobres (ou seja, uma diferença de 840.000 euros). Em 2010, ela era 920 vezes mais alta (com uma diferença de 1,2 milhões de

euros). Quanto às diferenças de nível de vida entre os 10% mais pobres e os 10% mais ricos, estão hoje numa relação de 1 para 4 aproximadamente. E se, durante um longo período, as desigualdades de salário diminuíram entre meados dos anos 1960 e início dos anos 1980, a parte dos salários muito elevados cresceu muito entre meados dos anos 1990 e 2008. Os 1% mais bem pagos – 132.000 de pessoas que recebem no mínimo 18.400 euros brutos por mês - ganhavam 5,5% da massa salarial em 1996 contra 6,9% em 2008. De fato, as desigualdades salariais não se acentuam principalmente entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres, mas entre os 5% ou 1% dos salários mais altos. Entre 1996 e 2006, os 0,1% mais bem pagos (cerca de 13.000 pessoas) viram seus salários brutos aumentarem (descontada a inflação) de 19.374 para 24.000 euros, um ganho de 28%, ou seja, 5.426 euros, sendo que para os 60% mais mal pagos, o ganho não ultrapassou 130 euros.

Sem pesquisas sobre as formas contemporâneas e socialmente diferenciadas de transmissão dos patrimônios materiais, recorreremos à História e à Sociologia das sociedades rurais para indicar o tipo de problema que causa, de maneira geral, a transmissão familiar do capital econômico e as relações entre gerações familiares que elas implicam (MAUGER, 1989). Assim, o caso estudado por Georges Duby (1964) permite destacar os efeitos das relações de força entre as gerações familiares sobre a periodização das trajetórias bibliográficas, onde aqueles que analisam Patrick Champagne (1979) observam a imbricação entre estratégias sucessórias e estratégias matrimoniais, aqueles que analisam David Herlihy (1969) observam as possíveis interferências entre herança paterna e materna e os possíveis incidentes de uma transmissão cultural sobre uma transmissão material.

Os jovens na sociedade aristocrática

No interior das casas nobres da França do século XII (DUBY, 1964), a educação dos jovens cavaleiros e os exercícios preparatórios para a atividade militar que acontecem na casa do pai ou na casa do patrão que educa o filho, se termina entre os 15 e os 22 anos de idade pela posse do cavaleiro: o filho era até então um *puer*, *adulescentulus*, *adolescens imberbis*, e agora se torna *juvenis*, que recebe armas, que pertence, doravante, ao mundo dos guerreiros, um cavaleiro. Jovem ele será até seu casamento ou até mesmo o nascimento do seu primeiro filho: a partir do nascimento do primeiro filho ele deixa de ser chamado de *juvenis*, e passa a ser *vir*, homem, chefe da casa, descendência de linhagem, fixado em sua própria habitação. Na nobreza do século XII, a juventude era a sequência biográfica que começava com a posse do cavaleiro e ia até a paternidade; sequência, frequentemente, muito longa: dez, vinte, vinte e cinco

anos muitas vezes. Como entender que o prazo seja tão longo entre a investidura do cavaleiro e o casamento? Durante a posse do filho mais velho, o pai, com seus 50 e poucos anos, tem pleno domínio sobre o patrimônio. Casar um filho é como amputar o patrimônio para estabelecer o novo esposo e garantir o dote de sua mulher. Desta forma, ele tem todo interesse em adiar o casamento. Se isso é fato para o filho mais velho, é ainda mais forte para os filhos mais jovens. Esta estratégia diferenciada de adiar o casamento dos filhos fica favorecida pela situação do mercado matrimonial. As garotas suscetíveis de se tornarem esposas são raras por causa das ligações de parentesco com os primos da cavalaria e das proibições de consanguinidade controladas pela Igreja. Os chefes do lar viúvos são muitos e prioritários no mercado do casamento. O casamento do filho mais velho é um negócio decidido, conduzido e concluído pelo pai e pelos antigos da família, mas como esperam uma ocasião realmente ideal, o prazo pode se estender.

Essas estratégias de adiamento que deixam os filhos sob o poder paterno durante vários anos são potencialmente motivos de discórdias, de tensões, de afrontamentos, de conflitos. Essas discórdias são evitadas ou limitadas pelas estratégias paternas de isolar os filhos e a busca aventureira dos jovens cavaleiros. Os pais mais afortunados fornecem a seus filhos mais velhos uma maneira de conduzir um grupo de jovens sem rumo, durante um ou dois anos após a posse. Mas, de volta, o filho mais velho que experimentou a independência econômica, fica entediado. Ele pede, por exemplo, a herança deixada pela mãe. As tensões se agravam com o pai, ele vai embora, muitas vezes, com uma guerra declarada contra o velho senhor que evidencia sua impotência. Por outro lado, as prerrogativas da primogenitura, fazem com que os filhos jovens, mais que os filhos mais velhos, não tenham outra saída a não ser ir embora em busca de aventura. Desta forma, podemos entender a busca aventureira dos jovens cavaleiros. Sair sem rumo é uma busca pela glória e pelo prêmio nas guerras e torneios. Raramente ela é solitária: **o jovem** está acompanhado por um bando de amigos, reunidos por um chefe que distribui armas e dinheiros e, muitas vezes, são ligados por uma coesão de vassalagem. Impaciência, turbulência, instabilidade, deboche, agressividade, violência, brutalidade, caracterizam seus comportamentos. “Agressiva e brutal, a juventude é, em algumas situações, um corpo dizimado [...] A morte chega, às vezes, ceifa grupos inteiros dos rebentos das linhagens [...]”, escreve (DUBY, 1964). Tanto que podemos nos perguntar se essas estratégias paternas de isolamento dos filhos não eram, de forma mais ou menos inconsciente, um assassinato de pretendentes tão numerosos...

Porém, suas aventuras e principalmente a busca pelas esposas, eram, muitas vezes, bem sucedidas. A primeira tarefa do chefe estabelecido é de casar seus companheiros. Todos ficam interessados pela rica herdeira que perdeu todos seus irmãos: assim se explica, pelo menos em parte, suas vontades de

exibirem-se no combate, de participarem das reuniões esportivas e suas mortes precoces. Entendemos que essas estratégias de isolamento dos jovens reduziam consideravelmente os riscos de desmembramento da herança. Elas reduziam também as chances de uma linhagem sobreviver e favoreciam sua renovação pelos casamentos bem-sucedidos dos aventureiros. Mas é preciso corrigir essa representação cínica pela análise das representações, das disposições, dos gostos, dos mitos pelos quais encontramos o reflexo e os modelos em obras literárias do século XII. Georges Duby mostra, também, que o aparecimento do cortês erótico é uma transposição literária da busca pelo amor dos *juvenes*. Os jovens não encontram mulheres: elas são todas casadas. Quando elas são adúlteras, seu parceiro não é um jovem, mas um marido. Quanto ao trio **marido, esposa, amante casado**, os poetas propõem substituir pelo trio **marido, dama, jovem cortês**, cujo sucesso já é conhecido.

Jovens agricultores e velhos camponeses

De maneira geral, o problema da sucessão, no caso dos pequenos empresários familiares, assim como nas famílias nobres do século XII, opõe os pais que tentam conservar sua autoridade sobre os filhos e mantê-los o máximo possível como ajudantes da família e os filhos que tentam conseguir de seus pais uma renúncia antecipada da gestão do patrimônio, para poder sucedê-los (CHAMPAGNE, 1979). Contra o estereótipo citadino do antigo camponês respeitado e bem tratado, o crescimento dos **clubes da terceira idade** na zona rural, onde se reúnem os grupos de camponeses aposentados, surge como um sintoma da crise da sucessão que afeta muitas famílias camponesas. Diferentes estratégias de adiamento são colocadas em prática pelos pais. Eles podem atribuir a herança ao filho do meio, ou ao caçula. Ao controlar rigorosamente um mercado matrimonial exíguo e as relações entre os sexos, a instalação dos filhos está ligada ao casamento, ao acesso ao mercado matrimonial e à transmissão de um patrimônio. Portanto, eles adiam a idade do casamento e o momento da transmissão: concedem a herança em conta-gotas, hectare por hectare, ou a transmitem parcialmente. Os camponeses idosos, sem sistema de aposentadoria até 1952, se mantêm graças à pequena produção, os filhos herdaram as terras e os pais.

Porém, esse **modo de reprodução familiar** comportava um risco muito alto de tensão entre as gerações: só pôde funcionar, de fato, com a infantilização prolongada dos sucessores potenciais, principalmente impondo a eles um longo celibato. Porém, as rápidas transformações no mundo rural modificaram brutalmente essas relações entre gerações familiares. A extensão do espaço social

vivido, a escolarização generalizada dos filhos dos camponeses no primeiro ciclo do ensino secundário, um conjunto de medidas legislativas tomadas no início dos anos 1960, enfraqueceram a posição dos camponeses idosos, permitiram aos filhos colocarem em prática estratégias de **chantagem da separação**. Os filhos impõem, doravante, condições para permanecerem como ajudantes da família e para cuidarem da produção. As reivindicações de autonomia financeira e do direito às saídas, ou seja, de uma paridade de acesso ao status de jovem, facilitando encontros entre os sexos. Os pais perdem o controle sobre o mercado matrimonial, sobre a idade do casamento e o controle de retomada da propriedade rural, também, diminui. De modo que a idade com a qual os filhos sucedem aos pais, no meio rural, pode ser considerada como um bom indicador das relações de força entre gerações familiares. Assim, podemos perceber as diferentes formas de relações de gerações no contexto familiar: do conflito declarado a diferentes formas de transações. As situações de conflito resultam, muitas vezes, na criação de estratégias de adiamento cada vez mais insustentáveis: elas pressupõem, de fato, que os filhos ainda tenham interesse pela sucessão, ou seja, que a produção ainda seja economicamente viável. Elas podem também estar ligadas às sucessões impossíveis, por causa de seu custo, que provocam ressentimentos dos velhos camponeses com relação aos seus filhos.

Por outro lado, essas transformações conduziram à invenção de novas soluções - as associações entre pais e filhos, a participação dos filhos **antes da idade**, ou o direito de opinião dos pais **depois da idade** - que em sua diversidade, todas visam ganhar tempo na transmissão da exploração. Essa análise das relações entre pais e filhos no mundo rural vale, *mutatis mutandis*, para todos os casos de transmissão de patrimônio material (pelo menos para o artesanato, o pequeno comércio e as pequenas e médias empresas). Porém, ao pé da letra, essa análise parece garantir o estereótipo da ganância camponesa. É preciso então se voltar à Psicologia para dotar essas relações entre gerações familiares de um suplemento de alma? De fato, Patrick Champagne mostra que a Sociologia também tem algo a dizer sobre as relações afetivas entre jovens e velhos camponeses. O novo estado das relações de força entre gerações, ao levantar o problema sobre os cuidados morais e/ou materiais dessa nova forma de velhice, os jovens devem considerar a moral do grupo (uma solução só é individualmente aceita se ela for coletivamente admitida); as manipulações afetivas dos pais idosos muitas vezes especialistas em praticar a violência simbólica; a proximidade espacial das gerações de camponeses que permitem, menos que nas cidades, a consciência tranquila ou a inconsciência. Porque colocar os pais em uma casa de repouso é uma manifestação visível dos interesses dos filhos; a medicalização dos problemas de velhice permite livrar-se dos pais, aparentando servir aos seus interesses.

Estratégias sucessórias e estratégias matrimoniais

Que a mulher, bela e rica se possível, possa ser o que está em jogo, pelo menos aparentemente, nas relações entre gerações, é o que ilustra, por exemplo, um quadro da Escola de Fontainebleau chamado **A mulher entre as duas idades** (óleo sobre tela, 117cm x 170cm, Escola de Fontainebleau, fim do século XVI, Museu de Belas Artes, Rennes). Uma jovem mulher nua se encontra nos braços de um jovem rapaz que tenta segurá-la, mas sua atitude sugere que ela poderia escapar para correr em direção a esse velho homem que lhe estende os braços. De fato, ela aparece como o que está em jogo em uma estratégia na qual o acesso a tudo, ou a uma parte do patrimônio familiar é um meio; ou como o meio de uma estratégia de acesso a tudo, ou uma parte do patrimônio familiar.

É o tema que aborda *L'Avare* de Molière. Harpagon, velho rico e avaro, que não está disposto a ceder nada para seu filho, nem mesmo uma parcela do patrimônio familiar, pensa em se casar com Mariana, jovem, bonita, porém pobre. Seu filho, Cleanto, que espera um dia receber a herança de seu pai Harpagon, ama Mariana e tenta emprestar dinheiro que lhe possibilitaria ir a outros lugares com essa amável pessoa. As relações entre Harpagon e Cleanto têm a forma, já vista, da relação entre o pai detentor de um patrimônio familiar material que tenta adiar o máximo possível o momento da sucessão e o filho pretendente, obrigado a esperar a morte do velho homem para possuir o prêmio ou seu consentimento para um casamento que lhe abriria uma porta para o prêmio. “Pode haver coisa mais cruel do que essa maldita poupança que se exerce sobre nós, do que essa secura com que nos tratam?”, diz Cleanto à Elisa. “E do que nos adianta a fortuna se ela só virá às nossas mãos no momento em que não poderemos mais gozar de seus benefícios?!? E se, mesmo para me sustentar, preciso me empenhar aqui e ali; se estou reduzido, como você, a procurar todos os dias novos meios para me apresentar razoavelmente?” (Molière, *L'Avare*, Ato I, Cena 2). Mas essas relações pai-filho estão aqui redobradas de uma rivalidade amorosa na qual Mariana está em jogo. Para que Cleanto possa se casar com Mariana, é preciso que ele tenha acesso ao patrimônio familiar; recusando isso, Harpagon cujo tesouro, também, será um banho de juventude, pode se casar com Mariana. Os dois objetivos, Mariana e o tesouro, estão fundidos. A fábula tem por mérito mostrar, no caso do modo de reprodução familiar, a estreita imbricação entre estratégias sucessórias e estratégias matrimoniais.

Envelhecer em Florença durante o *Quattrocento*

Rompendo com a ficção de um patrimônio familiar que seria exclusivamente material ou cultural, David Herlihy (1969) mostra os efeitos sobre a transmissão do capital econômico, das modalidades de transmissão do capital cultural, vistas sob o ângulo das contribuições respectivas do pai e da mãe. Tendo visto que em Florença durante o *Quattrocento*, muitos lares citadinos eram pequenos e que a diferença de idade entre o pai e a mãe, em muitas famílias, chegava perto da diferença de idade entre a mãe e o filho, Herlihy se questiona sobre as consequências desses dados demográficos. A maioria parte dos pais florentinos, homens de idade avançada, estáveis e assoberbados pelos negócios e pela política, não dispunham de tempo e energia suficientes (assim como muitos executivos de hoje em dia) para se interessar realmente às coisas domésticas e não viviam tempo suficiente (ao contrário de hoje em dia) para ver seus filhos passarem da adolescência. Esses fatores faziam do pai uma figura distante de seus filhos e valorizavam muito a importância da mãe no contexto familiar, mais jovem e mais vigorosa, sempre presente e, geralmente, engajada a ter um contato prolongado com seus filhos e reforçavam a influência que ela poderia exercer sobre seus descendentes, no desenvolvimento de suas personalidades e cultura.

Em outras palavras, o patrimônio cultural era primeiro transmitido pela mãe, muitas vezes, distante culturalmente pelos anos e pela experiência de seu marido: “[...] ela filtrava inevitavelmente, escreve Herlihy, segundo seus próprios gostos e interesses de mulher, o que ela recebia e o que ela transmitia.” (HERLIHY, 1969). Assim, podemos entender a força da influência feminina que aparece na infância e o desenvolvimento de novas ideias sobre a educação durante o *Quattrocento*. Quais eram os efeitos dessa situação doméstica sobre a transmissão, da mãe ao filho, do capital cultural? Segundo David Herlihy, a fraca presença do pai favorecia uma relação de simbiose entre a mãe e o filho que deveria contribuir em adiar o casamento dos homens, reproduzindo desta forma a situação familiar na qual eles próprios eram o produto. As mulheres, vetores privilegiados na transmissão cultural, inculcam nos filhos suas próprias concepções do ideal viril: a tradição militar perde espaço, a importância é dada à elegância das vestimentas, às maneiras, à cortesia, à sensibilidade estética, enfim, esses jovens se feminilizam e a homossexualidade *fait des ravages* (diziam). De acordo Saint Bernardin de Sienne, passeando pelas ruas da cidade, os jovens rapazes corriam mais perigo que as meninas de serem abordados e estuprados. Esta é uma nova razão para esses jovens adiarem seus casamentos ou continuarem solteiros. Todavia, Herlihy não ignora outras razões -

econômicas - para o casamento tardio dos florentinos: as famílias temem a divisão de seus patrimônios, adiando o casamento, elas esperam dotes mais importantes, uniões mais vantajosas, etc.

A transmissão do capital cultural

Em uma aula sobre a **família conjugal**, Durkheim (1975) tentou profetizar sobre a deterioração da herança, “[...] o desaparecimento dos laços que derivavam das coisas deixando espaço para aqueles que vinham das pessoas.” Não somente ele subestimava a importância da herança econômica que nunca foi negada apesar da extensão da classe assalariada, mas, também, desconhecia a importância crescente da herança cultural e as novas relações entre gerações familiares que ela instaura. O que acontece com as relações entre gerações familiares quando o valor do patrimônio familiar é cada vez mais definido pelo montante do capital escolar detido pelos membros de cada unidade doméstica?

A herança cultural

Em matéria de escolarização, hoje, assim como antes, é a herança cultural ligada à origem social que explica o essencial sobre as variações observadas nos percursos escolares e, sendo assim, as lacunas do capital escolar atestado pelo diploma (BOURDIEU; PASSERON, 1964; 1970; BOURDIEU, 1989). O sucesso escolar desigual é devido à “[...] maior ou menor afinidade entre os hábitos culturais de uma classe e as exigências do sistema de ensino ou os critérios que definem o sucesso [...]” (BOURDIEU; PASSERON, 1964) na desigual distância entre a cultura herdada da classe de origem e a cultura escolar. O sistema de ensino “[...] está aberto a todos, porém reservado a alguns.” (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 1993). É fato que “[...] no modo brutal de seleção e eliminação por rejeição da instituição foram subestimados, com a prolongação obrigatória da escolaridade e a criação correlativa de um sistema de disciplinas múltiplas e hierarquizadas, formas amenas de rebaixamento e critérios **naturais** de orientação contra os quais somente os frequentadores da escola podem se opor [...]” (OEUVRARD, 1979), porém “[...] a estrutura da distribuição diferencial dos resultados escolares e dos resultados sociais correlacionados foi mantida essencialmente ao custo de uma transferência global de diferenças.” (sociais) (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 1993). “Estudos recentes [...] confirmam o diagnóstico do peso do capital cultural sobre o sucesso escolar, já que o diploma e principalmente o diploma da mãe, tendo em vista os

componentes da categoria social, são os fatores que mais explicam o acesso ao Ensino médio em melhores condições.” (BAUDELLOT; ESTABLET, 2004). Desta forma a situação atual “[...] consegue unir as aparências da democratização e a realidade da reprodução que acontecem em um patamar superior de dissimulação, com um efeito crescente de legitimação social.” (BAUDELLOT; ESTABLET, 2004).

A distribuição diferencial dos resultados escolares

No sistema escolar francês, contemporâneo, as diferenças entre os alunos aumentam progressivamente até o fim do Ensino médio: 53% dos filhos de operários que cursaram a 5ª série do Ensino fundamental chegam ao 3º ano do Ensino médio, contra 93% dos filhos de executivos ou professores. Se as taxas de conclusão do Ensino médio por geração triplicaram entre o final dos anos 1950 (20%) e 2010 (66%), as desigualdades se mantiveram: 46% dos filhos dos operários concluíram o Ensino médio, contra 89% dos filhos de executivos e professores. É preciso ainda distinguir de qual tipo de Ensino médio estamos falando. Em 2008, 54% dos estudantes cursaram o Ensino médio geral, 26% o Ensino médio técnico e 20% cursaram o Ensino médio profissional. Um terço dos filhos de operários cursou o Ensino médio geral contra três quartos dos filhos de executivos e profissionais liberais.

O aumento exponencial dos estudantes no Ensino superior francês não aboliu as hierarquias sociais e disciplinares, somente as tornou menos óbvias e mais distantes: as barreiras se deslocam de certa forma na medida em que o nível aumenta. Desta maneira, apesar da massificação da instituição escolar, as desigualdades de acesso em função da origem social continuam. Em 2010, dentre os jovens de 20 a 24 anos, 55% estudam ou estudaram no Ensino superior. É o caso de 76% dos jovens de 20 a 24 anos cujos pais são executivos, ou de profissão intermediária; contra 40% daqueles cujos pais são operários ou empregados.

Em 2010, 10% dos alunos que deixaram o sistema escolar mais cedo, o deixaram com 17 anos, contra 26 anos para os que deixaram mais tarde (ou seja, 9 anos a mais contra 6,5 em meados dos anos 1980). Entre 2005 e 2007, 17% dos alunos (em média 140 000 por ano) deixaram o sistema escolar sem obtenção de um diploma e 9% saíram com o Ensino fundamental completo.

Fonte: Ministério da Educação Nacional. França.

A própria natureza do capital cultural faz com que a transmissão de uma geração à outra levante outros problemas que a transmissão do capital econômico. O capital cultural, tal como BOURDIEU (1979b) definiu, existe em três formas: **no estado objetivado**, na forma de bens culturais, **no estado institucionalizado** sob a forma de diplomas, **no estado incorporado** na forma de disposições duráveis. **No estado objetivado**, trata-se de uma espécie particular de capital econômico. A obtenção de diplomas pode ser descrita esquematicamente como uma operação de conversão do **capital cultural incorporado** em **capital cultural institucionalizado**.

A questão da transmissão do capital cultural dos pais aos filhos conduz à transmissão da incorporação do **capital cultural pelos herdeiros**. Ligado ao corpo, o capital cultural desaparece com a morte da pessoa que o detém. Capital pessoal, ele não pode ser transmitido instantaneamente pelo dom ou pela transmissão hereditária, pela compra ou pela troca (diferentemente dos bens materiais, de uma propriedade ou de um título de nobreza). Sua transmissão exige um trabalho de inculcação e de assimilação, trabalho da pessoa sobre ela mesma que leva tempo (ele **se cultiva**). Diferentemente do capital econômico, o capital cultural parece consubstancial à pessoa que o detém, aquele que o transmite não se desfaz dele e pode transmiti-lo várias vezes ao longo de sua existência. Enfim, ele é convertível - com taxas variáveis, em função das espécies, dos mercados, dos períodos - em capital econômico. Ele pode ser valorizado, mas pode também se desvalorizar (por falta de manutenção, ele se desvaloriza).

Dessas propriedades do capital cultural incorporado, podemos deduzir alguns aspectos das modalidades de transmissão de uma geração à outra. As estratégias de reprodução das famílias cujo patrimônio é predominantemente cultural e que visam, como outras famílias, manter ou melhorar suas posições no espaço social, implicam na transmissão desse patrimônio o mais cedo possível a cada um dos filhos. Como o filho se torna depositário do patrimônio cultural de seus pais? Sua transmissão se faz, essencialmente, fora de toda vontade explícita, pela pedagogia invisível (BERNSTEIN, 1975) que exerce o capital cultural objetivado integrado ao ambiente familiar e por todas as formas de transmissão implícita (a começar pelo aprendizado da língua materna). E, por que a transmissão do capital cultural é feita, pelo menos em partes, sem que o doador ou donatário percebam, por osmose de certa forma, mas, também porquê as estratégias educativas conscientemente colocadas em prática são quase sempre dissimuladas, que o capital escolar está predisposto a funcionar como capital simbólico - ao mesmo tempo desconhecido e reconhecido, acumulando os prestígios da propriedade inata e dos méritos da aquisição. “Negar os investimentos, além dos afetivos, escreve François de Singly (1987), é constatar em seguida que o filho tem um forte valor cultural, permite afirmar que [ele], [...] vem do valor profundo da criança.”

Inculcação e assimilação

De certa forma inconsciente, a transmissão hereditária do capital cultural não exclui, entretanto, o trabalho de inculcação explicitamente concebido como tal. De fato, o monopólio escolar do reconhecimento do selo de qualidade infantil, não exclui as famílias do jogo. Isto por diversas razões: a transformação do capital de

origem em capital pessoal, do capital cultural herdado em capital escolar, certificado, institucionalizado, exige um trabalho específico de investimentos educativos e um trabalho pedagógico dos pais. Basta pensar **nos pais de alunos profissionais** e na transformação do domicílio familiar em um anexo ao colégio (HÉLAN, 1994) ou no aprendizado metódico de uma relação controlada do tempo e aos lazeres sérios das famílias mobilizadas. Os pais podem agir, por um lado, criando o melhor ambiente extraescolar para seus filhos e, por outro lado, procurando a melhor estratégia possível de investimento nas diferentes áreas a seguir, nos estabelecimentos e opções. As famílias são suscetíveis, por outro lado, de se mobilizar para transformar a escola, como mostrou a mobilização de 1982 a 1984 em favor do ensino privado e da flexibilização dos diferentes setores. Certas escolas têm por função principal a validação das competências sociais adquiridas no contexto doméstico. Enfim, o diploma não é nem uma condição necessária, nem uma condição suficiente para ter acesso a todas as posições dominantes, o valor de um indivíduo no mercado de trabalho, ou no mercado matrimonial não é fixado somente pelo valor do capital escolar que ele possui, mas depende, também, dos recursos que podem ser mobilizados através da rede de relações familiares.

As falhas da herança

Se for verdade que a transmissão do capital cultural se faz, em partes, por osmose e, em partes, por um trabalho de inculcação reconhecido ou desconhecido, ela supõe desta forma, por parte do herdeiro, um trabalho de apropriação, de incorporação, de assimilação, trabalho pessoal que não pode ser feito por procuração. A transmissão do patrimônio cultural se faz somente se, como escreve Bourdieu (1975), “[...] o patrimônio consegue se apropriar dos proprietários, ao mesmo tempo dispostos e aptos a entrar em uma relação de apropriação recíproca”, somente se “a herança herda o herdeiro.” Então é necessário se perguntar como e por quê essa relação de apropriação recíproca entre o patrimônio e os indivíduos biológicos, normalmente moldados pela e para a apropriação, pode, pelo menos provisoriamente, ser questionada. Como perceber o fracasso escolar dos presumidos herdeiros de grandes patrimônios culturais (HENRI-PANABIÈRE, 2010)? Se é verdade que a transmissão da aptidão a ser herdada está atrelada à transmissão do patrimônio a ser herdado, quais são as condições suscetíveis de questionar essa capacidade de herdar?

Frédéric da Educação Sentimental, “[...] proprietário que não pretende se deixar possuir por sua posse sem, portanto, renunciá-la [...]”, se recusa a abandonar a indeterminação, ou seja, se prover de uma condição ou de uma legítima esposa com rendas, não preenche a exigência mais absoluta da herança: “levá-la a sério.”

(BOURDIEU, 1975). Essa incapacidade de ser herdado pela sua herança que se traduz, ao menos no caso de Frédéric, pela indecisão, pela insegurança psicológica e pela irregularidade material, sendo, sem dúvida, uma forma arquetípica da adolescência burguesa. “Por toda parte, segundo Loïc Wacquant (2004), as escolas elitizadas submetem seus alunos a regimes de trabalhos draconianos, modos de vida austeros e práticas de mortificação intelectuais e sociais que exigem um sacrifício pessoal importante [...]”, e por isso “[...] nem todos os herdeiros são capazes de carregar o fardo da sucessão.” Os herdeiros são na realidade confrontados a um conflito *faustien* que Marx atribui ao capitalista dividido entre uma inclinação ao acúmulo e uma inclinação ao prazer. Reciprocamente, a transmissão do patrimônio familiar supõe a seriedade dos pais-detentores: qual tipo de herança os pais ausentes transmitem quando delegam a terceiros a educação de seus filhos? A distância entre os capitais culturais paterno e materno pode ser um fator que explica o questionamento sobre a capacidade de herdar.

Desta forma, a herança cultural de uma mãe artista, torna o último *Buddenbrook* definitivamente inapto a herdar a empresa familiar (MANN, 1931). Herdando de seu pai o capital econômico e de sua mãe o capital cultural, ele recusa o primeiro em nome do segundo (e/ou a identificação com o pai pela identificação com a mãe). De modo geral, as dilapidações e os casamentos com pessoas de classes inferiores são suscetíveis de colocar em questão não somente a posição da linhagem nas classes dominantes - como nos casos das conversões do lado dominante (econômico e financeiro) para o lado dominado (intelectual e artístico) mas, o fato mesmo de pertencer às classes dominantes (mudança de classe). Na mesma perspectiva, podemos estudar os efeitos sobre a transmissão de uma herança cultural de multiplicação das instâncias de socialização. Há um século, diversas transformações morfológicas afetaram o universo familiar, o sistema escolar, o mercado de trabalho, liberando, nas agendas das crianças, um tempo para o lazer, retirado do controle familiar e do controle escolar: quando aparecem uma procura e oferta de atividades que precisariam ser estudadas ao longo do tempo (LEBON, 2006). A evolução dos tempos respectivos passados na escola, com a família e em diferentes instituições de lazer (como a televisão e seus programas especializados). A extensão de um público inicialmente e exclusivamente vindo das classes populares para as classes médias e superiores. A diversificação das instituições: à oposição confessional/laico (Igrejas/partidos políticos) juntam-se a separação público/privado, mercantil/não-mercantil (centros de lazeres/mercados de lazeres infantis). Em sua diversidade, essas instituições que utilizam definições da infância, concorrentes e congruentes, contribuem para a construção precoce de uma sociabilidade infantil, substituídas em seguida pela sociabilidade colegial e assim, à construção social dos *habitus* (ZARCA, 1999; LIGNIER; PAGIS, 2012).

Os bem-sucedidos das Escolas

Como perceber, ao contrário, o paradoxo aparente dos sucessos escolares dos deserdados culturais? Várias pesquisas (LAHIRE, 1997) mostraram diversos fatores do sucesso escolar de filhos de famílias populares: o crescimento da trajetória familiar e dos efeitos que ela induz sobre as representações do sucesso social e das possibilidades escolares e profissionais; o nível e a estabilidade dos recursos familiares (a segurança é também a condição para a garantia e a capacidade de elaborar projetos); a consciência da falta de cultura, a boa vontade escolar das famílias e o acompanhamento familiar da escolaridade (em particular as reuniões com os professores: tudo isso mostra a boa vontade cultural dos poderosos e os benefícios para reduzir as distâncias sociais e culturais entre a família e a escola); as estratégias de socialização dos filhos de famílias populares tentando preservar seus filhos do contágio da cultura da rua; a mobilização escolar induzida pelas esperanças alimentadas pela prolongação generalizada das escolaridades e pelos medos provocados pelo desemprego massivo dos jovens sem diploma.

Meninas e Meninos

Quanto à oposição tradicional entre Letras e Ciências Exatas ela corresponde aproximadamente à oposição entre domínios dos estudos femininos e masculinos: enquanto houve uma progressão espetacular da escolaridade feminina, houve uma estabilidade das segregações entre meninas e meninos durante suas escolaridades. No início dos anos 1970, as estudantes eram maioria e a distância entre os dois sexos se acentuou progressivamente favorecendo as meninas até 1980 (elas representavam 58% dos estudantes no último ano do Ensino Médio). Mas os domínios de estudo continuam rotulados em função do gênero: em 2000 elas representavam 58,2% dos estudantes em um domínio de estudo global, mais de 80% em domínios literários e aumentaram sua hegemonia nos domínios literários das Classes Preparatórias até as Grandes Escolas (75,5% em 2000).

Elas representam 64% dos estudantes em domínios econômicos e sociais, mas são minoria nos domínios de estudo científicos: segundo Baudelot e Establet (1992), não representam mais de 10 a 15% dos alunos nas aulas de matemática das escolas mais conceituadas que formam alunos capazes de entrar em Grandes Escolas Científicas. A especialização sexuada também é muito presente nos domínios tecnológicos: elas representam menos de 7,4% dos alunos admitidos em STI (Ciência e Tecnologia Industrial). Se existe uma segunda chamada, não se trata de uma “inversão das desigualdades entre os sexos”. Como explicar a reprodução

dessa segregação sexuada dos domínios de estudo escolares, essa predileção das meninas pelos domínios literários e suas aversões aos domínios científicos e, por outro lado, a atração que os meninos tem pelos domínios científicos e suas aversões aos domínios literários? Para explicar por que as meninas se orientam com menor frequência que os meninos às sessões científicas mais valorizadas escolarmente e socialmente, Christian Baudelot e Roger Establet (1992) têm a hipótese de que elas são menos preparadas a “experimentar os prazeres da disputa”. Segundo Marie-Duru-Bellat (1990) as meninas seriam guiadas por escolhas “fundamentadas e razoáveis” considerando as obrigações específicas da vida doméstica e conjugal, o funcionamento do mercado de trabalho e principalmente as oportunidades de emprego no setor terciário.

Se a explicação de Baudelot e Establet opõe de certa forma “disposições agonísticas masculinas” às “disposições femininas pacíficas” e a explicação de Duru-Bellat faz um ajuste das aspirações às posições acessíveis, podemos ver também um efeito da reprodução dos *habitus* sexuados. De fato, podemos mostrar que a divisão sexual dos domínios de estudo encontra sua origem na divisão sexual do trabalho entre “o mundo das coisas humanas” (feminino) e “o mundo das coisas materiais” (masculino). As interpretações propostas por Terman e Miles (1936) que mostravam “[...] um temperamento masculino interessado pelas coisas, pelos objetos mecânicos, pelas atividades financeiras ou realizadas ao ar livre [...]” oposto a um “[...] temperamento feminino interessado pelas qualidades pessoais, pelas relações com o próximo e pelas emoções, pela decoração e pelos afazeres domésticos [...]” mostram, sem dúvida, que durante muito tempo houve uma distribuição sexual do trabalho que atribui aos homens o mundo do trabalho e às mulheres o universo doméstico, aos homens o mundo das coisas materiais, às mulheres o mundo das coisas humanas.

Produto naturalizado da História, a divisão sexual do trabalho está inscrita tanto nos *hexis* corporais (postura, modo andar, gestos, etc.) redobrados e sustentados pelas roupas, e nos gostos e desgostos, interesses e aversões, sistemas de valores e de preferências, definições do que é executável e imaginável, enfim, sob a forma de duas naturezas diferentes, inseparavelmente corporais e morais, estéticas e éticas (BOURDIEU, 1998). Para entender como a auto exclusão é expressa, é preciso evocar o trabalho de formação do *habitus* sexuada e sexuante, da feminização das mulheres e da masculinização dos homens que acontece tanto por meio da familiarização com um mundo simbolicamente estruturado e de um trabalho de inculcação coletiva (da família, da escola, das mídias, etc.), frequentemente, mais implícita que explícita (LAHIRE, 2001); (ECKERT; FAURE, 2007) que dirige a orientação dos investimentos para o mundo das coisas humanas ou para o mundo das coisas materiais, para Letras ou para as Ciências, para Ciências Humanas ou

para as Ciências Físicas (MAUGER; POLIAK, 2000). O sistema dominante de classificação tem tendência em associar o masculino ao interesse pelas ciências e pela técnica, ao gosto pelo raciocínio e pela razão e associar o feminino ao horror à matemática, à paixão pela literatura, pela Psicologia, ao gosto pela imaginação, à fineza de espírito, ao senso artístico (BOLTANSKI; MALDIDIER, 1977). Desta forma, a instituição escolar perpetua diferenças socialmente construídas na família de origem, consagrando oficialmente as diferenças de capacidade ou de atitudes como diferenças de natureza: “[...] não acabaríamos nunca, escreve Bourdieu (1998), de listar as ações sexualmente diferenciadas que enfatizam os sinais externos conforme a definição social de sua identidade sexual ou que sustentam as práticas que correspondem ao seu sexo, proibindo ou desestimulando as condutas impróprias, principalmente nas relações com o sexo oposto.”

As heranças dos pobres

Como analisar as relações entre gerações familiares no caso das famílias de classes populares, onde o capital econômico não é importante ou o capital cultural, abordado do ponto de vista de sua conversão em capital escolar, constitui uma deficiência? (MAUGER, 1990). Supondo que o quê está em jogo tem um valor fraco, nulo ou negativo, as relações entre gerações seriam necessariamente desinteressadas? Supostamente desinteressadas, as relações entre gerações familiares excluem qualquer possibilidade de conflito? Quais consequências existem do ponto de vista da economia (no amplo sentido) nas trocas entre gerações familiares? Um dos efeitos do prolongamento dos estudos é o aumento da distância cultural (e escolar) entre a geração dos pais e dos filhos. Esse prolongamento supõe, na maioria dos casos, uma verdadeira estratégia familiar de escolarização, um consentimento à escolarização prolongada dos filhos. Em outras palavras, o sucesso escolar dos filhos está associado a um projeto de promoção cultural (os pais desejam que seus filhos estudem, tenham acesso ao saber, à cultura) e/ou um projeto de promoção social (trata-se de fugir da condição de operário).

No entanto, conhecemos as atitudes ambíguas das classes populares no mundo dos outros (HOGGART, 1970), a “dialética ciúmes/orgulho” analisada por Florence Weber (1989) e as “regras do princípio de conformidade” (BOURDIEU, 1979a). Segundo Richard Hoggart (1970) “[...] todo menino de origem pobre que, graças ao sistema de bolsas, continua seus estudos até a universidade, é levado a um conflito, mais cedo ou mais tarde, com seus familiares.” O sucesso escolar dos filhos de famílias de classes populares implica, de fato, em uma verdadeira mudança cultural e, particularmente, a interiorização do julgamento feito pela cultura

dominante (escolar) sobre sua origem (pobre). Essa ambiguidade dos pais e dos filhos a respeito da promoção cultural e do sucesso escolar leva a uma complexidade das relações entre pais operários e filhos bolsistas: relação contraditória dos pais perante o sucesso dos filhos, relação contraditória dos filhos perante as próprias conquistas e à vontade de seus pais de vê-los **conquistar**; relação contraditória dos pais perante a relação contraditória dos filhos face às conquistas, etc. (MAUGER, 1990; BOURDIEU, 1993). Pela “identificação do filho com o desejo do pai em fazer um herdeiro”, o filho deve superar seu pai (ao menos escolarmente) para perpetuar sua posição social (“o metalúrgico filho de metalúrgico”): empresa que funciona sem problemas para o pai que quer e não quer essa superação e para o filho (ou filha) que se encontra frente a uma missão suscetível de ser vencida como uma espécie de transgressão.” (BOURDIEU, 1993).

Se o mandato familiar de ascensão social, quase sempre subordinado aos resultados escolares expõe os fracassos ao ressentimento contra a escola e a família, a ruptura pode aparecer após a experiência da “conquista como fracasso ou, melhor ainda, como transgressão”: “quanto mais você obtém sucesso (ou seja, quanto mais você realiza sonho paterno de vê-lo ter sucesso), mais você fracassa, mais você mata seu pai, mais você se separa dele; e ao contrário, quanto mais você fracassa (obedecendo desta forma a vontade inconsciente do pai que não pode querer totalmente seu próprio repúdio), mais você obtém sucesso”. Culpado por trair se obtiver sucesso, o filho é culpado por decepcionar se ele fracassa: assim podemos entender as fidelidades “à causa do povo” que são fidelidades “por causa do pai” (BOURDIEU, 1993).

No caso, estatisticamente mais frequente, onde os pais operários geram filhos operários, podemos imaginar um processo de reprodução simples e sem discordância: o pai operário só é separado de seu filho operário (que é de certa forma seu *alter ego*) pela idade, ou seja, pelo tempo e o jovem operário é simplesmente um futuro velho operário. Mas, já que a carreira que se apresenta aos operários é vivida como o outro lado da carreira negativa que leva ao subproletariado, todo questionamento sobre a inserção profissional dos jovens que terminam os estudos é vivido pelos pais como uma ameaça presente de insegurança, de miséria e de indignidade: a prisão para os meninos e as esquinas para as meninas. Assim, podemos entender que os efeitos do prolongamento da escolaridade, por um lado o desemprego, a precariedade e a desqualificação e, por outro lado, diferentes formas de processos de inserção profissional dos jovens de classes populares tenham suscitado a preocupação e a indignação dos pais perante os filhos ou filhas acusados de serem preguiçosos. Acusações às quais os jovens respondem com raiva e indignados pela incompreensão dos velhos, divididos entre a indignação moral pública e a compreensão privada dos jovens que eles reprovam publicamente, tendo finalmente interiorizado as novas

normas de inserção e que a solidariedade das gerações seja reconstituída no contexto das famílias de classes populares.

INHERITANCE AND RELATIONSHIPS AMONG FAMILY GENERATIONS

ABSTRACT: *The study of the relations of parents and children through the angle of exchange economy enables to present a denied aspect of such relations and to perceive, at least partially, the ways that they are susceptible to configure themselves from one social space to another as well as from one period of time to another. We will successively discuss the relations among generations of families in which the transferring of inheritance is predominantly economic, followed by the cases in which the inheritance is predominantly cultural and, finally, the limit case (but trivial) in which there is an absence, or nearly an absence of any economic and cultural patrimony to be bequeathed. Therefore we can understand that the relations among **family generations** are neither eternally nor universally conflicted by nature, but are socially determined, variable from one social space to another as well as from one period of time to another.*

KEYWORD: *Inheritance economic. Inheritance cultural. Capital economic. Capital cultural. Capital symbolic. Forms of reproduction. Family strategies.*

Referências

BAUDELLOT, C.; ESTABLET, R. École, la lutte de classes retrouvée. In: PINTO, L.; SAPIRO, G.; CHAMPAGNE, P. (Dir.). **Pierre Bourdieu**: sociologue. Paris: Fayard, 2004. p.187-209.

_____. **Allez les filles!** Paris: Éditions du Seuil, 1992.

BERNSTEIN, B. **Langage et classes sociales**: codes socio-linguistiques et contrôle social. Paris: Éditions de Minuit, 1975.

BESSIERE, C. **De génération en génération**: arrangements de famille dans les entreprises viticoles de Cognac. Paris: Éditions Raisons d'agir, 2010.

BOLTANSKI, L.; MALDIDIER, P. **La vulgarisation scientifique et son public**. Paris: Cordes, 1977.

BOURDIEU, P. **Les structures sociales de l'économie**. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

_____. **La domination masculine.** Paris: Éditions du Seuil, 1998.

_____. Les contradictions de l'héritage. In: BOURDIEU, P. (Dir.). **La misère du monde.** Paris: Éditions du Seuil, 1993. p.711-901.

_____. **La Noblesse d'État:** grandes écoles et esprit de corps. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.

_____. **La distinction:** critique sociale du jugement. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979a.

_____. Les trois états du capital culturel. **Actes de la recherche en Sciences Sociales,** Paris, v.30, n.30, p.3-6, 1979b.

_____. L'invention de la vie d'artiste. **Actes de la recherche en Sciences Sociales,** Paris, v.1, n.2, p.67-93, 1975.

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Les exclus de l'intérieur. In: BOURDIEU, P. (Dir.). **La misère du monde.** Paris: Les Éditions du Seuil, 1993. p.597-603.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **La reproduction:** éléments pour une théorie du système d'enseignement. Paris: Éditions de Minuit, 1970.

_____. **Les héritiers:** les étudiants et la culture. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964.

CHAMPAGNE, P. Jeunes agriculteurs et vieux paysans: crise de la succession et apparition du «troisième âge». **Actes de la recherche en Sciences Sociales,** Paris, v.26, n.27, p.83-107, 1979.

DUBY, G. Dans la France du Nord-Ouest. Au XIIe siècle : les «jeunes» dans la société aristocratique. **Annales ESC,** Paris, v.19, n.5, p.835-846, 1964.

DURKHEIM, E. **Textes, tome 3:** fonctions sociales et institutions. Paris: Les Éditions de Minuit, 1975.

DURU-BELLAT, M. **L'École des filles:** quelle formation pour quels rôles sociaux? Paris: Éditions L'Harmattan, 1990.

ECKERT, H.; FAURE, S. (Dir.). **Les Jeunes et l'agencement des sexes.** Paris: La Dispute, 2007.

GOTMAN, A. **Héritier.** Paris: PUF, 1988.

HENRI-PANABIÈRE, G. **Des Héritiers en échec scolaire.** Paris: Éditions La Dispute, 2010.

HERAN, F. L'aide au travail scolaire: les mères persévèrent. **INSEE Première**, [S.l.], n.350, déc. 1994.

HERLIHY, D. Vieillir à Florence au Quattrocento. **Annales ESC**, Paris, v.24, n.6, p.1338-1352, novembre-décembre, 1969.

HOGGART, R. **La Culture du pauvre**: étude sur le style de vie des classes populaires en Angleterre. Paris, Éditions de Minuit, 1970.

LAHIRE, B. Héritages sexués : incorporation des habitudes et des croyances. In: BLÖSS, T. (Dir.). **La dialectique des rapports hommes-femmes**. Paris: PUF, 2001. p.9-25.

_____. **Tableaux de familles**: heurs et malheurs scolaires en milieux populaires. Paris: Gallimard, 1997.

LEBON, F. **La socialisation des enfants par les loisirs**: du patronage au centre de loisirs. 2006. Tesis (Doctorado en Sociología) - École des Hautes Études Sciences Sociales, Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 2006.

LENOIR, R. **Généalogie de la morale familiale**. Paris: Le Seuil, 2003. (Collection Liber).

LIGNIER, W.; PAGIS, J. Quand les enfants parlent l'ordre social: enquête sur les classements et jugements enfantins. **Politix**, Paris, v.25, n.99, p.23-50, 2012.

MANN, T. **Les Buddenbrook**: le déclin d'une famille. Fayard: Paris, 1986.

_____. **Les Buddenbrook**: le déclin d'une famille. Berlin: S. Fisher, 1931.

MAUGER, G. Les Héritages du pauvre. **Annales de la Recherche Urbaine**, Paris, n.41, p.112-117, 1990.

_____. Les Héritages: éléments pour une analyse des rapports entre générations familiales. In: FREYSSINET, M.; MAGRI, S. (Dir.). Les rapports sociaux et leurs enjeux. **Centre de Sociologie Urbaine**, Paris, v.1, p.101-124, 1989.

MAUGER, G.; POLIAK, C. F. Lectures: masculin/féminin. **Regards Sociologiques**, Strasburgo, n.19, p.115-140, 2000.

OEUVRARD, F. Démocratisation ou élimination différée? **Actes de la recherche en Sciences Sociales**, Paris, n.30, p.87-96, 1979.

PIALOUX, M. Jeunesse sans avenir et travail intérimaire. **Actes de la recherche en Sciences Sociales**, Paris, n.26-27, p.19-47, 1979.

PINÇON, M.; PINÇON-CHARLOT, M. **Sociologie de la bourgeoisie**. Paris: Éditions La Découverte, 2003.

_____. **Grandes fortunes**: dynasties familiales et formes de richesse en France. Paris: Éditions Payot, 1996.

SCHORSKE, C. E. Conflit de générations et changement culturel: réflexions sur le cas de Vienne. **Actes de la Recherche en Sciences sociales**, Paris, n.26-27, p.109-116, mars-avril. 1979.

SINGLY, F. **Fortune et infortune de la femme mariée**: sociologie de la vie conjugale. Paris: PUF, 1987.

TERMAN, L. M.; MILES, C. C. **Sex and personality**: studies in masculinity and femininity. New York: McGraw Hill, 1936.

WACQUANT, L. Lire «le Capital» de Pierre Bourdieu. In: PINTO, L.; SAPIRO, G.; CHAMPAGNE, P. (Dir.). **Pierre Bourdieu**: sociologue. Paris: Fayard, 2004. p.211-230.

WEBER, F. **Le Travail à-côté**: Etude d'ethnographie ouvrière. Paris: INRA-EHESS, 1989.

ZARCA, B. Le Sens social des enfants. **Sociétés contemporaines**, Paris, n.36, p.67-101, 1999.

Recebido em: 02/06/2013.

Aprovado em: 02/07/2013.

